

OS PRIMÓRDIOS DO TEATRO SÃO JOÃO DESTA CIDADE DA BAHIA (1806-1821)

Lucas Robatto

Doutor em flauta pela Universidade de Washington (EUA), com graduação e mestrado na Escola Estatal de Música de Karlsruhe (Alemanha). Professor Adjunto da Escola de Música da UFBA e Flautista Principal da Orquestra Sinfônica da Bahia. Em paralelo às suas atividades artísticas e didáticas, desenvolve pesquisas na área de musicologia histórica.

Clara Costa Rodrigues

Graduanda em Instrumento pela Universidade Federal da Bahia, é segunda flautista da banda sinfônica da UFBA e está envolvida nas áreas de Musicologia Histórica, participando da pesquisa sobre o Teatro São João com bolsa do CNPQ.

Marcos da Silva Sampaio

Graduando em Composição pela Universidade Federal da Bahia, vem trabalhando com música instrumental. Está envolvido nas áreas de Etnomusicologia e de Musicologia Histórica, participando da pesquisa sobre o Teatro São João com bolsa do CNPQ.

Resumo

O “Teatro São João desta Cidade da Bahia” foi o palco principal da representação dos valores culturais, estéticos e políticos da elite de uma das cidades mais ricas das Américas ao início do século XIX. A documentação recentemente encontrada, relativa aos primórdios desta instituição (1806-1821), tem possibilitado o delineamento de diversos aspectos da vida cultural de então, através do estudo do seu funcionamento e papel sociocultural.

Palavras Chaves

- Teatro São João
- História do Teatro na Bahia
- História Sociocultural

Abstract

The “Teatro São João desta Cidade da Bahia” was the main stage for the representation of cultural, social and political values of the elite in one of the richest cities in the Americas during the early 19th Century. Recently found documents depict its activities and sociocultural impact, shedding light on various aspects of cultural life during the theater's earliest years (1806-1821).

Introdução

Os primeiros registros de atividades teatrais na Cidade da Bahia datam do início da colonização portuguesa, quando autos religiosos e representações sacras serviam como instrumento de catequese. Porém não é muito divulgado o fato desta cidade possuir uma longa história de estabelecimentos teatrais. O historiador baiano Affonso Ruy fornece o ano de 1734 como o da interdição do *Teatro da Câmara*, que funcionando no prédio do Senado e Câmara, é o primeiro registro de um tal estabelecimento na Bahia. Ruy também aponta a existência do *Teatro da Praia* - durante a década de 1760; e o *Teatro da Guadalupe* - na transição entre os séculos XVIII e XIX (RUY, 1967, pp. 109-171). Porém, nenhum destes estabelecimentos se igualou ao Teatro São João em termos de impacto e importância social, cultural ou histórica para a Bahia.

O Teatro São João foi o palco principal da representação dos valores culturais, estéticos e políticos da elite baiana durante todo o século XIX e início do XX, sendo testemunha e agente das mudanças que ocorreram nesta sociedade, em um período decisivo para a consolidação do Brasil enquanto nação independente.

A importância sociocultural deste teatro é evidenciada ao considerarmos que durante este período o modelo centralizador da colonização lusitana provocou restrições substanciais na vida dos habitantes das colônias americanas, que foram privados de instituições de ensino superior, de imprensa, além de somente disporem de um precaríssimo sistema de educação fundamental e estarem submetidos a condições restritivas no referente à circulação de bens culturais.

Em tal universo cultural, a Igreja passa a ocupar um lugar fundamental, servindo à elite colonial enquanto única possibilidade de educação, como promotora e divulgadora de produções artísticas, e de centro de convivência social. A criação de um estabelecimento teatral de caráter profano em uma cidade colonial, sinaliza uma mudança de atitude de uma sociedade, não somente em relação às artes, mas também em relação às formas de convívio.

Recentemente foram encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia,¹ documentos inéditos referentes à criação e aos primeiros anos de funcionamento do Teatro São João (1806-1830). Esse material é ponto de partida da presente pesquisa conduzida pelo prof. Dr. Lucas Robatto e auxiliada pelos estudantes Marcos Sampaio e Clara Rodrigues (bolsistas do programa PIBIC, UFBA/CNPQ). Esta pesquisa tem como objetivo mais amplo lançar um olhar sobre os habitantes da Bahia do início do século XIX através do prisma do Teatro São João, isto é, partindo das informações fatuais alcançadas, delinear

¹ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial, maços 617 a 624.

aspectos da sociedade da Cidade da Bahia, englobando tanto os profissionais deste teatro e suas atividades, como também os seus idealizadores, mantenedores e freqüentadores.

O Prédio

O Teatro São João funcionou entre 1812 e 1922 onde hoje é a praça Castro Alves, mais precisamente onde fica o antigo “Palácio dos Esportes”. O prédio do teatro localizava-se na extremidade norte do que então era “o largo das portas de São Bento”. Sua entrada era voltada para o sul, em frente a uma ampla praça. Um de seus lados flanqueava a encosta, tendo varandas voltadas ao mar. Seu outro lado acompanhava o que hoje é a rua Chile. Este teatro ficava no centro da cidade, tanto no sentido urbanístico, quanto no social.

Poucas são as informações sobre a parte interna do teatro. Não sabemos exatamente qual as suas dimensões, porém, sabemos que o espaço era dividido em *platéia geral*, *camarotes*, *varandas*, e *torrinhas*. Os *camarotes*, os locais mais caros do teatro, eram vendidos por um preço quase seis vezes maior que um posto nas *varandas* – local mais barato. Esse fato reflete a estrutura altamente hierarquizada da sociedade de então: apesar de ser freqüentado por membros de todos os estratos sociais, esse teatro foi construído de modo que as pessoas de diferentes camadas sociais não transitassem pelos mesmos lugares. Exemplo disso é construção de uma entrada independente para o público das *torrinhas* e *varandas* (BOCCANERA JUNIOR, 1915, p. 58).

Os dados atualmente disponíveis na documentação sobre os primórdios do Teatro São João permitem uma estimativa do número de lugares existentes no Teatro São João como de, pelo menos, 800 lugares.² Devemos levar em consideração o significado desse

² Em 1818 Tollenare (*apud*.VERGER, 1981, p. 196) estima a lotação deste teatro em 2000 lugares.

número de lugares, pois Salvador era, nesse tempo, uma cidade com uma população em torno de cem mil habitantes.

A Criação

A criação de um teatro deste porte na Bahia reflete uma mudança de mentalidade entre membros da elite da sociedade colonial da Bahia, mudança decorrente da adoção de certas correntes de pensamento iluminista presentes nas iniciativas do governo Pombalino em Portugal (1750-1777), e que somente mais tarde alcançam a colônia. Alguns aspectos destas correntes passam a nortear a consolidação de ideais burgueses na elite colonial, que utilizava-se do conteúdo simbólico das manifestações artísticas seculares como forma de auto-afirmação. A criação deste teatro já em 1806, quando não era cogitada a transferência da corte portuguesa para o Brasil, aponta para a existência de uma “política cultural” mais cosmopolita por parte do governo local.

A criação do Teatro São João segue o modelo adotado em Lisboa em 1771 pelo Marquês de Pombal para o subsídio dos teatros públicos. Neste modelo iluminista, a justificativa para existência de teatros públicos (faça-se aqui a diferença ao teatro da corte, de acesso restrito exclusivamente a nobreza) deve-se ao:

esplendor e utilidade, que resulta a todas as nações do estabelecimento dos teatros públicos, por serem estes, quando bem regulados, escola, onde os povos aprendem as máximas sãs da política, da moral, do amor da pátria, do valor, do zelo, da fidelidade, com que devem servir os seus soberanos: civilizando-se e desterrando insensivelmente alguns restos de barbárie, que neles

deixarão os séculos infelizes da ignorância (BENEVIDES, 1883, pp. 12 e 13).

A necessidade da criação de um teatro na Cidade do Salvador surgiu durante o governo do Conde da Ponte (1805-1810). O registro de portaria, documento inédito datado de 21 de agosto de 1806 apresenta a justificativa para a criação deste teatro, a sua organização financeira e administrativa original, assim como o pessoal nomeado para o seu estabelecimento. Esta portaria evidencia a ideologia que direcionou a criação de um tal estabelecimento numa colônia rica e influente:

Reconhecendo ser o espetaculo theatral o entretenim.^{to} geralm^e adoptado pelas Naçoens Civilisadas p^a distrahir, e entreter a mocidade de huma populosa cidade n'aquellas horas, em que o Ocio parece convidalla a precipitar se em vicios perniciosos, alem do beneficio incalculavel de habitualla a viver no centro dos mais individuos da sociedade, habito, q. insensivel e expontaneam.^{te} contrahido se torna um freio quase invensivel a conter o homem mais relaxado, inspirando lhe o amor a estimação de seos iguaes, e o brioso receio de ser por elles despresado, utilidades inseparaveis d'este espetaculo ainda quando pela sua má direção, e tolerada relapação [relapsão?] não produxisse a correção dos proprios defeitos pela sensivel, e tocante maneira, com q. devem apparecer reprehendidos, e castigados, nem se conseguisse aperfeiçoar a linguagem pela in[ilegível]abilidade, e condescendencia de um

revisor na aprovação e reprovação das pessos, q. lhe forem a censurar...

Um membro da nobreza metropolitana – o governador – decide implementar uma instituição civilizadora, que atua como escola de convívio para os habitantes da terra; uma instituição que educa tanto enquanto local de encontro para os “mais indivíduos da sociedade”, como também pelas noções de moralidade que eventualmente as obras artísticas ali representadas possam inculcar nos espectadores - moralidades devidamente controladas pelas autoridades através da censura.

Apesar da inequívoca autoridade do governo sobre esta empresa, a sua organização administrativa e financeira seria o que entenderíamos hoje por uma iniciativa privada: o governo organizaria, daria o seu aval, fiscalizaria e facilitaria o funcionamento de tais empresas. “Homens de negócio”, acionistas, por sua vez, criariam uma sociedade de cotas (ou ações), muito semelhante às sociedades anônimas atuais. Estes acionistas comprariam ações – que variavam entre 200\$000 e 1.000\$000 - podendo optar por reaver o capital empregado com juros acrescidos de 7%, ou tornarem-se proprietários, compartilhando assim os eventuais lucros da empresa.

O corpo administrativo-financeiro do teatro era composto por um administrador, responsável pela contabilização e fiscalização dos fundos empregados para a construção do edifício, e para o funcionamento da empresa teatral; um tesoureiro, responsável pela captação de fundos, além de “Recebedor, e Depositário” de qualquer dinheiro captado via acionistas, ou via lucro da empresa; e um diretor, responsável pela parte artística da empresa, cabendo a ele escolher e contratar todo os artistas, assim como material cênico e de decoração do edifício.

O governador em pessoa exercia o papel de “protetor” e “autoridade” superior sobre a administração do teatro, sendo responsável pela nomeação desta, e aprovação quando da contratação do restante do pessoal administrativo e resolução final de qualquer impasse administrativo. Durante todo o período estudado pelo presente trabalho, não foi possível encontrar qualquer evidência da utilização de fundos pecuniários do governo na construção e empresa do teatro, tendo a administração deste sempre procurado honrar suas dívidas pecuniárias para com organismos do estado - desde a compra do terreno e materiais de construção, até a remuneração de funcionários públicos a serviço do teatro.

No ano de 1809, a recente chegada da corte portuguesa - que muda-se para o Brasil, fugindo da invasão napoleônica da península ibérica - muda o foco das atenções da elite baiana para o Rio de Janeiro, sede da nova corte. As iniciativas de modernização iniciadas na Bahia que contavam com o apoio financeiro da elite local, passam a sofrer a competição de iniciativas similares no Rio de Janeiro - a exemplo das loterias em favor do Teatro São João do Rio de Janeiro, que passam a ser anunciadas no jornal baiano *A Idade d'Ouro*.³

Neste período ficou claro que os recursos advindos da venda de cotas para acionistas não poderiam cobrir os gastos, pois somente poucos acionistas honraram integralmente o seu compromisso. Tendo em vista esta situação, a administração do teatro requer ao governo interino a criação de loterias, cujo rendimento seria revertido em favor do Teatro São João. A Carta Régia de 27 de janeiro de 1809 concede uma loteria para este fim específico pelo período de seis anos. A implementação desta loteria ocorreu de modo problemático, e somente em janeiro de 1811, agora com o decidido apoio do novo

³ A exemplo da edição de 29 de maio de 1812.

governador, o Conde dos Arcos (1810-1818), pôde o Teatro São João receber os dividendos da primeira extração.

O Conde dos Arcos é conhecido na historiografia da Bahia como “Tirano Iluminista,”⁴ por ser responsável tanto pela prontidão e rigor com que sufocou revoltas, quanto por uma série de obras públicas que foram criadas sob seus auspícios - tais como a Biblioteca Pública, a Faculdade de Medicina, a Associação Comercial, e o Passeio Público (TAVARES, 2001, pp. 215 e 125). Seu apoio ao Teatro São João foi decisivo tanto para viabilizar a extração das loterias, como para a captação dos recursos prometidos pelo acionistas.

Artistas e Apresentações

A natureza da documentação não permite uma abordagem direta às atividades artísticas realizadas no teatro, pois contém basicamente informações administrativas e financeiras. Ainda assim pudemos disponibilizar uma lista de artistas e técnicos cênicos com mais que cinqüenta nomes, uma lista dos mantenedores deste teatro, assim como uma lista do repertório apresentado ou disponível no Teatro São João durante o período estudado.

Já na sua primeira temporada (1812-1813), o Teatro São João empregava em sua folha de pagamento uma companhia portuguesa de artistas com ao menos 16 artistas (*cômicos, damas, galã, gracioso, comparses e agentes*), sob a direção do *Comico* João da Graça, além de vários técnicos cênicos (*fiel, ponto, alfaiate, pintor, etc.*). A música era dirigida pelo *mestre da muzica* Antonio Joaquim de Moraes, que além de organizar uma

⁴ Este é o título do suplemento especial de domingo dedicado ao Conde dos Arcos de autoria de Andreia Santana, publicado no *Correio da Bahia* (Salvador), 31 de março de 2002.

orquestra de ao menos 16 músicos - que se apresentaram ao menos 50 vezes nesta temporada - ainda era responsável pela preparação dos cantores italianos (Giovanni Oliveto, Roza Fiorini e Michelle Vacanni), contratação de músicos extras (músicos de corporações militares), além de ser responsável por atividades técnicas tais como a manutenção e afinação de instrumentos, a compra de papel de música e a cópia de partituras.

Um outro aspecto interessante desta primeira temporada é constatação de diversas apresentações de *bailados* e *dansas*, para tanto contando com ao menos com 2 dançarinas contratadas: a italiana Anna Carnevali e a espanhola Roza Vicentini. Além de empregarem diversos dançarinos extras, as danças apresentavam o inusitado fato de muito freqüentemente contarem com a participação de membros de corporações militares em cena!

O atual estágio da pesquisa que originou este trabalho não permite ainda nenhuma conclusão mais detalhada sobre aspectos do repertório executado no Teatro São João da Bahia durante o período em questão. O caráter da documentação já analisada somente aborda o repertório de forma bastante indireta, e são poucas as referências secundárias que explicitam obras específicas. Mesmo assim podemos constatar 16 títulos, entre comédias, dramas, peças, bailados e entremezes, sem contudo nenhuma indicação positiva de autor.

As informações levantadas sobre esta primeira temporada ainda permitem constatar que entre 13 de maio de 1812 e 3 de março de 1813 – período entre o fim da quaresma e o carnaval, similar às temporadas dos teatros europeus da época - foram feitas 73 apresentações, que aconteciam semanalmente, em geral aos domingos (40 apresentações). As maiores bilheterias normalmente coincidiam com dias de importância simbólica e política para a comunidade freqüentadora (aniversários da família real). O fato destas datas

simbólicas serem dias de freqüência concorrida é uma demonstração da importância da celebração dos símbolos que hoje denominaríamos “cívicos” pela elite desta sociedade, assim como a constatação de que o teatro tornava-se um palco onde uma sociedade podia representar-se.

Coda

A pesquisa que originou este o presente trabalho já pôde concluir algumas etapas importantes, especialmente no que se refere ao levantamento e catalogação de informações contidas nos já referidos documentos originais encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia. Com isto esta pesquisa pretende criar subsídios para interações mais sólidas da musicologia histórica com outras áreas de conhecimento, tais como história, sociologia, teatro, dança, arquitetura, etc. Pretendemos assim servir de estímulo a pesquisadores e curiosos sobre a história das artes na Bahia.

Bibliografia

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *O Real Theatro de S. Carlos de Lisboa desde a sua fundação em 1793 até á actualidade: estudo historico*. Lisboa: Typ. C. Irmão, 1883.

BOCCANERA JUNIOR, Sílio. *O theatro na Bahia: livro do centenário (1812-1912)*. Bahia: Officina do “Diario da Bahia”, 1915.

_____. *O theatro na Bahia: da cõlônia à república (1800-1923)*. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1924.

NEVES, Maria Helena Franca. *De la traviata ao maxixe: variações estéticas da prática do teatro São João*. Salvador: SCT/FUNCEB/EGBA, 2000

QUERINO, Manuel Raymundo. Os Teatros na Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, vol. 16, n. 35, 1909.

RUY, Affonso. *Historia do teatro na Bahia: séculos XVI-XX*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

_____. O teatro na Bahia. In: *História das artes na cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1967, p. 109-171.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10 ed. Salvador: Editora Unesp/EDUFBA, 2001.

VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia - 1850*. Salvador: Currupio, 1981.